

**PUBLICAÇÕES E PESQUISAS SOBRE O ESTÁGIO CURRICULAR NA
MODALIDADE A DISTÂNCIA ENTRE 2000 E 2011**

**PUBLICATIONS AND RESEARCH CURRICULAR TRAINEESHIP IN MODE
DISTANCE BETWEEN 2000 AND 2011**

Daniela da Costa Britto Pereira Lima
(Universidade Federal de Goiás)
Juliana Guimarães Faria
(Universidade Federal de Goiás)
Mônica Desiderio
(Universidade Federal do Rio de Janeiro)
Paula da Cunha Barbosa Pacheco
(Universidade Estadual de Goiás)
Luci Côrtes Dourado
(SME)

RESUMO: Este artigo busca apresentar e refletir acerca das publicações que versam sobre o estágio curricular na modalidade de cursos de licenciatura a distância discorrendo conceitos, enfoques e concepções. A pesquisa realizada foi do tipo bibliográfica e documental abrangendo o período entre 2000 e 2011, tendo como objetos: o banco de teses e dissertações da Capes (pesquisa no período de 2000 a 2010); o *site* da Associação Brasileira de Educação a Distância (Abed) – pesquisa em todo período apresentado no *site*; e o *site* da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa de Educação (Anped) – observando as publicações das reuniões anuais dos período 2000 a 2011. Os dados demonstraram que existe uma avanço na quantidade de pesquisas na área da EaD, mas pouco se tem produzido e pesquisado sobre o estágio na EaD, com a maioria das pesquisas e publicações datadas privilegiadamente entre 2009 e 2011.

PALAVRAS-CHAVE: Educação à distância. Estágio Curricular. Levantamento bibliográfico.

ABSTRACT: This article aims to present and reflect on the publications that deal with the traineeship in the mode of distance degree courses discursing concepts, approaches and concepts. The research was the bibliographical and documentary covering the period between 2000 and 2011, having as objects: the bank of thesis and dissertations from Capes (research in the 2000-2010 period); the site of the Brazilian Association of Distance Education (Abed) - search throughout the period shown on the site); and the site of the National Association of Graduate Studies and Research Education (Anped) - observing the publications of the annual meetings of the period 2000 to 2011. The data showed that there is an advance in the amount of research in the field of distance education, but little has been produced and researched on the stage in distance education, with most of the research and publications dated privileged between 2009 and 2011.

KEYWORDS: Distance learning. Curricular Traineeship. Bibliographic Search.

Para início de conversa

A escolha do tema da pesquisa realizada e exposta nesse artigo se justifica pela complexidade sobre os elementos que a constituem: a educação a distância (EaD) e o estágio supervisionado. A EaD é uma modalidade recentemente regulamentada no Brasil, por isso, carece de pesquisa; e o estágio curricular sempre foi tido como um “gargalo” (PIMENTA, 2009) na formação de professores em ensino presencial, pela dicotomia há muito discutida da relação teoria e prática da ação docente. Se no ensino presencial esta temática já tem sido objeto de estudo e de busca por caminhos alternativos e que relacionem a teoria e a prática, no que se refere ao ensino a distância essa realidade é mais desafiadora, pois a EaD possui suas próprias especificidades e busca por modelos pedagógicos mais viáveis e interativos.

Gatti, Barretto e André (2011) mostraram que algumas pesquisas que discutem a profissão docente trouxeram dados relevantes para se pensar a área, dentre os quais destacamos: muitos professores estão mal preparados; necessidade de novo perfil profissional para enfrentar os desafios de ensino e aprendizagem no momento atual; déficit de qualidade nos conhecimentos disciplinares ensinados nas instituições de formação docente, assim como escassa articulação com o conhecimento pedagógico e a prática docente.

As licenciaturas são os cursos responsáveis pela formação dos professores para a educação básica e seus currículos têm sido objeto de discussão, mas os estudos realizados sobre formação inicial de professores não têm dado ênfase na questão da conexão entre os componentes curriculares e não refletem a relação entre teorias e práticas (GATTI, BARRETTO, ANDRÉ, 2011). Tais constatações corroboram com a idéia desse artigo em verificar o interesse na área ao investigar as publicações que envolvam estágio na EaD entre o período de 2000 a 2011.

Segundo Lobo (2000, p. 10), a EaD precisa ser considerada no todo da educação, vinculada ao contexto histórico, político e social em que se realiza, pois ela é a mesma educação de que sempre tratamos ou “concebemos como direito preliminar de cidadania, dever prioritário do Estado democrático, política pública básica e obrigatória para ação de qualquer nível de governo, conteúdo e forma do exercício profissional de educadores”. Assim, a EaD precisa realizar-se como uma prática social significativa, em busca da autonomia, e do respeito à liberdade.

Por ser uma modalidade de ensino recente, ou seja, regulamentada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9394, de 20 de dezembro de 1996, pela primeira vez como uma modalidade de ensino, traz necessidade de estudos, pesquisas e análises de

experiências para sua consolidação, tornando-a um tanto complexa. Juntamente com essa realidade complexa, tem-se o estágio supervisionado, que, além de ser um desafio no ensino presencial, é promovido também na educação a distância, trazendo necessidade de estudos e pesquisas.

No movimento teórico recente sobre a concepção de estágio, é possível situar duas perspectivas que marcam a busca para superar a dicotomia entre a atividade teórica e prática. As produções anteriores sugerem que o estágio é uma atividade teórica que permite conhecer e se aproximar da realidade. Mais recentemente, o estágio como pesquisa começa a ganhar solidez (PIMENTA; LIMA, 2004).

Conforme Gomes (2009), em 1990 passamos a viver no mundo do trabalho, num meio de reestruturação produtiva que se deu na precarização e na flexibilização em relação às classes trabalhistas com desregulamentação de algumas profissões. Já no contexto social,

parece caber às instituições de ensino superior um papel fundamental no que se refere à dimensão prática da formação, articulada a sólida formação teórica, criando condições para a constituição de cidadãos e profissionais capazes de atuar em vários campos do saber, alicerçada em convicções humanas e comprometida com uma sociedade menos desigual, que ao mesmo tempo torna o estudante corresponsável por sua própria formação e valorização profissional. (GOMES, 2009, p. 73).

O estágio na formação de professores, de acordo com Gomes (2009), tem sido visto como um “mal-necessário”, uma vez que o estudante/aprendiz, sob supervisão de um ou mais professores, entra em contato com a realidade das escolas a fim de ser um futuro profissional da educação. Com isso, observamos a dificuldade que os estagiários encontram em visualizar a escola e ensino como um todo do sistema educacional.

Nessas condições é que se justifica realizar uma investigação nesses dois campos de estudo, a educação a distância e o estágio. Este artigo busca levantar o conceito desses campos, atuais políticas e a produção sobre o estágio na licenciatura a distância. A pesquisa desenvolvida foi do tipo bibliográfica e documental, com abordagem qualitativa de coleta de dados, em que foi utilizado como instrumento de pesquisa livros, legislações, revistas científicas, resultados de pesquisas, artigos e a internet.

EaD e Estágio Curricular: seus conceitos e políticas

Para abordar o tema da EaD, do estágio curricular e contextualizá-los na atualidade brasileira, inicia-se este item com reflexões acerca do atual repertório teórico que discute o

conceito de EaD adotado na pesquisa, o conceito e concepção de estágio curricular, relacionando-os com as atuais políticas públicas que os regulamentam.

A EaD foi regulamentada no Brasil pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB nº 9394/1996, Art. 80, que prevê a oferta de cursos a distância em todos os níveis e modalidades de ensino. Mas o que tem ocorrido é uma prevalência na formação de profissionais em nível de graduação e pós-graduação *lato sensu*.

O Decreto de nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, atribui ao MEC a autoridade de organizar a cooperação e integração entre os sistemas de ensino, com a finalidade de padronizar e normatizar os credenciamentos, as autorizações e os reconhecimentos de cursos e instituições de ensino a distância. Presume, ainda, a obrigatoriedade para os momentos presenciais e para os níveis e modalidades educacionais os quais sejam ofertados.

Belloni (2002) compreende a EaD como parte de um processo de inovação educacional que integra as novas tecnologias de informação e comunicação aos processos educacionais, as quais podem promover um grande salto qualitativo na educação, desde que sejam utilizadas como meios e não fins educacionais, ou seja, que sejam utilizadas como ferramentas pedagógicas para a melhoria e expansão do ensino ao mesmo tempo em que possam ser objeto de estudo complexo e multifacetado, com abordagens críticas, criativas e interdisciplinares.

Concordamos com a assertiva de Alonso (2005) de que o desenvolvimento do conhecimento por meio da EaD ocorre a partir dos mesmos princípios epistemológicos que dão base aos sistemas presenciais de ensino. Assim, acreditamos na proposta de EaD que considere uma base interacionista em detrimento da inatista, em que “alunos e professores vivem e experenciam diferentes formas de relações entre o vivido e o pensado” (p. 163).

Assim, “a EaD é uma modalidade de ensino que pressupõe o rompimento da relação *face a face* entre alunos e professores” (ALONSO, 2005, p. 163), exigindo um papel central de alguns elementos nos processos educativos, considerando a mediação, os materiais didáticos e a tutoria.

Portanto, defende-se neste artigo o conceito trazido por Lima (2014, p. 60):

A EaD é uma prática social-educativa-dialógica de um trabalho coletivo, de autoria e colaborativo, articulada para o desenvolvimento de uma arquitetura pedagógica e de gestão, integrada ao uso significativo das tecnologias de informação e comunicação, voltada para a formação crítica, autônoma e emancipadora.

Com relação ao estágio, este envolve experiências que possibilitam ao estagiário vivências no seu futuro campo profissional, é um componente curricular em que o aluno-estagiário vai concretizar o aprendizado dos outros elementos curriculares do seu curso na prática profissional, nas salas de aulas em que desenvolve o estágio e nas discussões suscitadas a partir desta atividade de contato com a realidade das escolas, à luz de abordagens teóricas que possam elucidá-las.

Consideramos nesse artigo, no que tange à legislação de estágio, os artigos referentes a ele na LDB 9394/96 e a “Nova Lei de Estágio”, Lei nº. 11.788 de 25 de setembro de 2008.

No que concerne à Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o estágio curricular é um ato educativo escolar, desenvolvido no ambiente de trabalho, que se propõe à preparação para o trabalho de educandos que estejam frequentando o ensino regularmente, em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na educação de jovens e adultos (EJA). Os incisos 1º e 2º apresentam que o estágio faz parte do projeto pedagógico do curso, visando ao aprendizado de atividades profissionais e em relação à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.

A Nova Lei de Estágio (Lei nº 11.788) que entrou em vigor a partir de 25 de setembro de 2008, compreende seis capítulos nos quais dispõe sobre a definição, a classificação e as relações de estágio, sobre os deveres das instituições de ensino, - ou seja, a parte que encaminha o estagiário - e sobre os deveres da parte concedente - instituições que oferecem estágio, sobre os direitos e deveres e as atividades do estagiário, sobre a fiscalização do estágio e, por último, sobre as disposições gerais relativas ao estágio. Desse modo, essa nova lei determina regras para os estágios de todo o país ao regulamentar e unificar a legislação nacional no que se refere a contratos de estágios a estudantes do ensino regular em instituições de ensino médio, profissional e superior. Criou-se, portanto, medidas com a finalidade de ampliar a proteção aos estagiários no que diz respeito à ampliação dos direitos constitucionais desta categoria de trabalhadores.

Quanto à definição, classificação e relações de estágio no capítulo 1º, da Lei nº 11.788, Art. 1º dispõe que o

Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos. (BRASIL, 2008).

O Art. 2º assegura que o estágio poderá ser obrigatório ou não obrigatório a depender da determinação da composição curricular do curso. Compreende-se por estágio obrigatório aquele em que consta no curso com tal definição, devendo, pois, o estagiário cumprir carga horária para aprovação e recebimento do diploma. Já o estágio não-obrigatório é opcional, apesar de poder contar como carga horária para o curso. Quanto à efetivação do estágio, o Art. 3º inciso 1º da referida Lei assegura que:

O estágio, como ato educativo escolar supervisionado, deverá ter acompanhamento efetivo pelo professor orientador da instituição de ensino e por supervisor da parte concedente, comprovado por vistos nos relatórios referidos no inciso IV do caput do art. 7º desta Lei e por menção de aprovação final.

A nosso ver, esse artigo 3º demonstra uma das maiores preocupações em cursos a distância, pois os alunos estão separados espacialmente de seus professores orientadores, tendo, inclusive, alunos estagiários dispersos em várias cidades, o que demanda um maior esforço de coordenação e gestão das atividades de estágio nas escolas campo para que o ato educativo seja supervisionado.

As instituições de ensino são responsáveis por elaborar um termo de compromisso com a parte concedente do estágio e avaliar as suas instalações, indicar um professor orientador, receber um relatório semestral do estagiário, elaborar e fazer cumprir as normas para cumprimento das atividades de estágio. Para tanto, de acordo com o Art. 9º, concedentes são:

As pessoas jurídicas de direito privado e os órgãos da administração pública direta, autárquica e fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como profissionais liberais de nível superior devidamente registrados em seus respectivos conselhos de fiscalização profissional, podem oferecer estágio [...].

A referida lei ainda pondera sobre a jornada de atividade do estagiário que poderá chegar, no máximo, a 6 horas diárias e 30 horas semanais, com restrição apenas para os alunos da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, pois não poderão ultrapassar 4 horas diárias e 20 semanais. Os estagiários, ainda, terão os mesmos benefícios que os empregados contratados na empresa em que realizam o estágio, como: auxílio transporte, férias proporcionais remuneradas, vale refeição, assistência médica e bolsa auxílio em caso de estágio não obrigatório, porém não caracterizando vínculo empregatício.

Pimenta e Lima (2004) defendem que o estágio é o momento de aprender a profissão, com uma prática voltada para a perspectiva da pesquisa, envolvendo atitude investigativa, reflexão e intervenção, propiciando ao estagiário uma aproximação à realidade na qual atuará.

Ghedin (2007, p. 48) corrobora com estas autoras quando afirma que “o estágio como estudo, pesquisa e prática pedagógica da atividade docente cotidiana, envolve o exame das determinações sociais mais amplas, bem como da organização do trabalho nas escolas.” Desse modo, o estágio é compreendido pelo referido autor como um campo de conhecimento fundamental para a formação dos professores envolvendo o ensino-aprendizagem enquanto atividade teórico-prática.

Pimenta e Lima (2004) e Ghedin (2007) compreendem a atividade docente como uma atividade abrangente de ensino e formação e, por isso, formar o licenciando como reprodutor de modelos práticos não o prepara para ser capaz de interferir na realidade social.

Desse modo, o estágio torna-se um momento privilegiado para a formação enquanto processo investigativo e de pesquisa. “Nesse sentido, o estágio curricular é atividade teórica de conhecimento, fundamentação, diálogo e intervenção na realidade, esta, sim, objeto da práxis.” (PIMENTA; LIMA, 2004 p. 45). É, pois, uma atividade teórica que instrumentaliza o trabalho do professor possibilitando transformar a realidade. O licenciando é considerado um intelectual em processo formativo capaz de produzir conhecimento e não como mero reprodutor de modelos.

Um dos modelos utilizados de estágio criticados tanto por Pimenta e Lima (2004) quanto por Ghedin (2007) é o modelo de estágio baseado na racionalidade técnica. Esse modelo é baseado na separação entre teoria e prática no processo de formação do licenciando. Nele, o estagiário torna-se um *técnico* que irá desempenhar atividades práticas. “O entendimento de prática presente nessas atividades é o desenvolvimento de habilidades instrumentais necessárias ao desenvolvimento da ação docente.” (PIMENTA; LIMA, 2004, p. 38). No entanto, o processo educativo é amplo e complexo não podendo ser reduzido a treino.

Ghedin (2007) também critica esse modelo por considerar que a produção de conhecimento não pode ser reduzida a dados e informações, pois “este modelo de aprendizagem não dá conta da complexidade do conhecimento que o professor precisa dominar para responder às necessidades da sociedade do presente.” (GHEDIN, 2007, p. 45). O que as instituições de ensino superior precisam para desempenhar seu papel político e função acadêmica é produzir pesquisa e elaborar conhecimento, pois é necessário que o estágio seja assumido enquanto prática orientada mediante a pesquisa.

Diante da proposta em que se assume o ensino através da pesquisa como possibilidade de desenvolvimento do *estágio profissional* requer assumir-se uma nova postura teórico-metodológica que responda ao desafio de formar o novo professor através da pesquisa como prática profissional. (GHEDIN, 2007, p. 49, grifos do autor).

A partir disso, a pesquisa deve tornar-se uma prática profissional de modo que o licenciando irá refletir à medida que observa a prática para posteriormente intervir na realidade observada. “Esta dinâmica torna-se possível quando o Estágio constitui-se em oportunidade coletiva para elaboração de conhecimento sobre a prática, além de ser espaço de reelaboração de saberes que se processam na prática de ensino.” (GHEDIN, 2007, p. 52).

A denominar o desenvolvimento do estágio como atividade de pesquisa assumimos a perspectiva da pesquisa como colaborativa *e/ou* pesquisa-ação, entendendo que sua finalidade é criar uma cultura de análise das práticas tendo em vista suas transformações pelos professores com a colaboração dos professores da universidade e dos estagiários. (GHEDIN, 2007, p. 56).

A pesquisa colaborativa tem como desafio o estabelecimento de vínculos entre licenciandos enquanto pesquisadores e professores da escola em que se desenvolve o estágio, e uma das formas da concretização desse vínculo é a troca reflexiva.

O estágio na EaD: publicações e apontamentos

A trajetória da EaD no Brasil é marcada por um período de crescimento experiencial até a década de 1970, em que várias nações avançaram e o Brasil estagnou, apresentando uma queda comparada ao *ranking* internacional. Somente após a década de 1990 é que as ações positivas voltaram a acontecer na área (ALVES, 2009), principalmente com a sua regulamentação em 1996, conforme mencionado anteriormente. Os dados do censo da educação superior referentes ao ano de 2010 (INEP, 2012) corroboram com a assertiva de Alves (2009) ao demonstrar o aumento do número de matrículas em cursos de licenciatura a distância, os quais passaram de 5.359 em 2001 para 426.241 matrículas em 2010, ou seja, um aumento de 7.953%.

Gatti, Barretto e André (2011, p. 89) colocam que “a formação inicial de professores tem importância ímpar, uma vez que cria as bases sobre as quais esse profissional vem a ter condições de exercer a atividade educativa na escola com as crianças e os jovens que aí

adentram, como também, as bases de sua profissionalidade e da constituição de sua profissionalização”. As autoras demonstram que estudos já realizados sobre os currículos das licenciaturas apresentam uma série de problemas, dentre os quais o estágio acaba sendo um deles, mesmo que de forma indireta. Outros problemas levantados pelas autoras são: característica fragmentária dos cursos, com um conjunto disciplinar disperso; desproporção de disciplinas específicas para a área (30%) em detrimento de outros tipos de matérias (70%), pouco voltados para as práticas educacionais; quanto aos estágios, raras instituições especificam em que eles consistem e não apresentam evidências sobre como são concebidos, planejados e acompanhados.

Com relação à EaD, Rodrigues e Mota (2009) defendem que por causa das especificidades da realidade desta no Brasil, é possível inferir que há um longo caminho a ser percorrido até o reconhecimento dela como uma área de pesquisa. Elas justificam esta posição tomando como análise as pesquisas e publicações científicas em educação à distância: é reconhecida no cenário internacional, mas é tema novo no Brasil; não existem linhas claras de pesquisa e os resultados são de difícil generalização; faltam periódicos especializados e existe uma dispersão dos artigos em vários títulos; diversidade das áreas do conhecimento dos pesquisadores que publicam na área.

Assim, considerando os apontamentos sobre o estágio curricular na formação de professores por meio da EaD, procuramos investigar como vem se dando as publicações na área e sobre o que elas se referem.

Os instrumentos de pesquisa utilizados são da rede, ou seja, da internet. Para isso, definimos os *sites* de acordo com a relevância de publicação do tema, ou seja, o estágio na educação a distância. Primeiro, selecionamos pelo título, depois, analisamos o resumo e o conteúdo dos materiais.

Com isso, definimos uma amostragem de *sites* para a pesquisa: o banco de teses e dissertações da Capes (pesquisa no período de 2000 a 2010); o *site* da Associação Brasileira de Educação a Distância (Abed) – pesquisa em todo período apresentado no *site*; e o *site* da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa de Educação (Anped) – observando as publicações das reuniões anuais dos períodos 2000 a 2011. O *site* da Capes foi definido por ser o maior banco de teses e dissertações que possuímos no Brasil, abrangendo a nossa coleta; o *site* da Abed foi escolhido por ser uma instituição que anualmente promove evento da área com publicações de diversos locais do Brasil e o *site* da Anped, por ser a associação de maior representação na área da educação em divulgação de pesquisas no Brasil (ampliamos por mais

um ano – 2011 – a pesquisa nesse *site* porque só havia sido encontrado um artigo no Período de 2000 a 2010).

Para a pesquisa no *site* da Capes, utilizamos como palavras-chave “educação a distância e estágio” e “EaD e estágio”. Na primeira pesquisa apareceram 47 resumos de dissertações e teses, mas apenas três que tratam do tema e na segunda pesquisa apareceram 22 resumos de dissertações e teses, com mais duas pesquisas sobre o tema. Assim, dos 69 resumos, 5 se referem ao tema. Vale ressaltar que ao usar a palavra-chave “educação a distância” aparecem 2.282 resumos e se usar “estágio licenciatura” aparecem 226 resumos. Isso demonstra o quanto reduz o número de pesquisas ao realizar o recorte para o tema proposto neste artigo.

Em pesquisa feita no *site* da Abed foram encontrados 104 textos sobre educação a distância, sendo que 4 abordam o assunto estágio curricular na educação a distância. Ao se considerar o número de artigos abrigados no *site*, o número que aborda sobre estágio não é relevante, mostrando que o estágio como um dos elementos do processo ensino-aprendizagem ainda é pouco estudado e abordado, conforme os outros sites pesquisados.

Cabe salientar que no *site* da Abed verificamos, também, os títulos das publicações da Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância, disponibilizada *online*, publicada anualmente desde 2002, dos quais nenhum tem como objeto o estágio na educação a distância.

Para a pesquisa no *site* da Anped, fizemos a seguinte amostragem para a coleta de dados dos trabalhos apresentados e publicados nas reuniões anuais: pesquisamos as publicações que estão disponíveis no período de 2000 a 2011, nos Grupos de Trabalho (GTs) de n. 04 (da Didática); de n. 08 (da Formação de Professores); de n. 16 (de Educação e Comunicação) e por fim, pesquisamos Estágio na EaD. Segue o quadro dos dados encontrados:

Quadro 01: Trabalhos pesquisados nos GTs das Reuniões Anuais da Anped.

GTs	Quantidade de artigos sobre EaD	Quantidade de artigos sobre estágio	Quantidade de artigos sobre estágio na EaD
04 – Didática	4	3	1
08 – Formação de Professores	5	4	0
16 – Educação e Comunicação	20	0	0
Pesquisa por tema	Não foi realizada	Não foi realizada	1

Fonte: elaborado pelas autoras

Assim, no *site* das Reuniões Anuais da Anped foram encontrados 38 artigos com o tema sobre educação a distância e estágio, e destes somente 2 abordam o estágio na educação a distância. Ao analisarmos o quadro acima percebemos a diferenciação dos dados apresentados em relação à EaD e ao estágio na EaD.

Os dados demonstraram como o tema do estágio ainda é pouco explorado, tanto em pesquisas, como em resultados de pesquisas e publicações, se comparado com a quantidade de textos sobre EaD, ou seja, de 211 textos, apenas 5,2% dos selecionados falam sobre estágio na EaD.

O primeiro estudo que investigou o estágio na formação de professores em cursos a distância, apresentado nas Reuniões Anuais da Anped, data de 2010, na sua 33^a edição. Guimarães e Oliveira (2010) relatam a experiência vivenciada em um curso de licenciatura em Artes Visuais de uma universidade pública federal. Os autores apontam a existência de diversidades, peculiares aos cursos a distância, que levam à necessidade de uma supervisão mais flexível no acompanhamento dos alunos estagiários, exigindo maior investimento na socialização das experiências, compartilhamento e discussões em relação aos planos de intervenção. Algumas inquietações iniciais foram relatadas pelos autores, principalmente no que se refere ao processo de supervisão de alunos estagiários distantes geograficamente, além de preocupações em relação à desmistificação do estágio como algo angustiante para o estagiário, reduzido a uma visão de prática instrumental. Após descrever o movimento de estágio vivenciado no curso, os autores destacaram a necessidade de superar modelos ultrapassados de formação e investir em novos modelos de estágio para a EaD.

A pesquisa realizada por Feldkercher e Pinto (2011), apresentada na Anped em 2011, relata um estudo sobre a experiência do estágio supervisionado de um curso de licenciatura em matemática, tanto no ensino a distância quanto no curso presencial, de uma universidade federal. As autoras investigam o desenvolvimento do estágio nesse curso a partir da percepção de professores orientadores, tutores, coordenadores de polos e alunos estagiários. Para as autoras, o estágio no curso pesquisado ainda está pautado no tradicional trinômio observação, planejamento e regência e que não possuem divergências significativas entre o que é desenvolvido no curso presencial com o mesmo curso a distância. As autoras relatam que inúmeros foram os fatores desafiadores em relação ao estágio no curso, porém, destacam (as autoras) o que se refere ao curso a distância: este apresenta a supervisão, sob a responsabilidade da universidade, sendo exercida pelos tutores e coordenadores de polo e que estes não possuem formação necessária ao desenvolvimento do estágio na formação de

professores. Ao concluírem, indicam muito mais questionamentos do que propostas sobre estágio na EaD, apontando a urgente necessidade de se desenvolver novas pesquisas que apresentem novas metodologias e organização de estágio na EaD de forma que possa ser mais inovadora e que supere a visão conservadora de formação de professores.

No banco de teses e dissertações da Capes foram encontrados 5 resumos que envolvem o tema do estágio em cursos a distância. Destes, apenas 4 possuem o trabalho completo disponível na Internet (RELA, 2010; TOLEDO, 2009; GOBBO, 2009, ROCHA, 2007), fazendo com que uma pesquisa seja descrita com base apenas em seu resumo obtido no *site* da Capes (ARAÚJO, 2008).

Rela (2010) desenvolveu uma pesquisa de doutorado em que busca estudar a avaliação de uma proposta baseada em competências, no diálogo e na intersubjetividade, considerando o estágio de docência na Licenciatura em Pedagogia a distância, através do movimento mediador entre os diferentes atores envolvidos no processo de estágio em duas instituições, sendo que na primeira foi concebida a proposta e na segunda foi aplicada e ampliada. Da nova prática construída, propôs o que pode ser denominada de circularidade da avaliação. Alguns pontos de reflexão foram apontados por Rela (2010) durante o processo de pesquisa: as concepções e as práticas da supervisão voltadas para o resultado e não para o processo podem impedir que aconteça a cooperação; uma certa dificuldade por parte dos supervisores em superar o paradigma tecnicista para uma concepção de mediação; apresenta como ponto crítico a falta de formação dos professores orientadores de estágio e a ampliação dos estudos relacionados ao uso de ferramentas para interação no processo de movimento da avaliação no estágio.

Toledo (2009) realizou um estudo de caso no mestrado em educação com o objetivo de analisar as concepções, ações e avaliação no estágio curricular do curso de pedagogia a distância de uma universidade pública federal. A autora apresenta algumas considerações de relevância para a compreensão do campo pesquisado: existe um planejamento detalhado pela coordenação e equipe de professores na sede da instituição e veiculado por meio de teleaulas, mas essas orientações não são compreendidas pelos alunos, não se efetivam e nem se operacionalizam as ações na prática, pois, segundo a autora, “a distância entre professores e alunos não é somente geográfica, mas ela é, sobretudo, técnica, pedagógica e tecnológica” (2009, p. 207). Isso se justifica pela dificuldade em compreender as orientações docentes, o manual de estágio, pela precariedade dos aparatos tecnológicos e pela falta de um tutor da área da educação para orientar e acompanhar os alunos no estágio. Complementa, ainda,

destacando a ausência de retorno pelos polos à equipe docente sobre os estágios, a falta de um tutor para orientar o planejamento e as atividades de estágio e que os estágios sejam individuais.

Gobbo (2009), em sua dissertação de mestrado, investigou a importância do estágio curricular em um curso de pedagogia a distância de uma instituição privada. A autora apresenta o estágio nesta instituição e o resultado de entrevistas aos alunos. Como aspecto negativo em relação aos dados, se referiu à postura assumida pela instituição onde o estágio ocorre e a falta de apoio e liberdade de ação conferida aos alunos pelas escolas-campo. Os alunos destacaram a importância do estágio para vivenciar o ambiente da sala de aula e da aprendizagem desenvolvida no local, apesar dos problemas enfrentados. Ressaltou a importância da elaboração de um projeto de estágio que favoreçam a cooperação entre estagiários e instituições de ensino. Finaliza defendendo que o que diferencia o estágio curricular do curso a distância em relação a cursos presenciais é o acompanhamento e orientação de um professor supervisor em cursos presenciais, pois nos cursos a distância o tutor somente orienta questões burocráticas, necessitando inovação em sua proposta pedagógica e curricular.

Rocha (2007) desenvolveu uma pesquisa exploratória, com abordagem qualitativa, sobre a percepção dos gestores educacionais e de empresas a respeito de estagiários de cursos a distância. O resultado da pesquisa confirmou a dicotomia existente entre o mundo da educação e o mundo do trabalho, existe um desconhecimento da modalidade EaD e uma postura de preconceito em relação a cursos a distância (o que implica em discriminação aos seus alunos), os alunos de graduação a distância ainda não possuem as mesmas possibilidades de inserção em programas de estágio do que os alunos de cursos presenciais.

A dissertação de mestrado de Araújo (2008) visa investigar a contribuição do estágio curricular para a construção da identidade profissional de estudantes de um curso normal superior a distância. A autora concluiu que o estágio contribui para a construção da identidade docente dos estudantes do curso à medida que estes assumem uma postura de autonomia e participação ativa na construção do conhecimento.

Apresentamos, agora, o resumo dos trabalhos disponibilizados nas edições do Congresso Internacional ABED de Educação a Distância por Coppete, Virgílio, Zwierewicz, Beche (2005); Piertz e Montibeller (2011); Bittencourt (2011); Grilo e Tucunduva (2011). Ressalta-se que a maioria dos artigos são de 2011, fortalecendo a ideia de que este é um tema de recente preocupação e discussão no meio científico e acadêmico.

O trabalho de Coppete *et al* (2005) apresenta o curso de pedagogia a distância de uma universidade pública e o desenvolvimento do estágio curricular no curso, dividido em três momentos, com encontros presenciais e orientações no ambiente virtual de aprendizagem, fazendo uso de diversas ferramentas: desenvolvimento do projeto de docência, socialização do estágio curricular supervisionado e elaboração do trabalho de conclusão de curso. A proposta do trabalho foi apresentar a experiência e a forma de organização do estágio no curso.

Pieritz e Montibeller (2011) abordam a importância do estágio e cursos de serviço social a distância a partir de estudos bibliográficos e da experiência vivenciada num centro universitário de ensino privado. O estágio é visto pelas autoras como uma forma de enfrentamento ao novo e à quebra de paradigmas que expõe a EaD como incompatível na formação dessa profissão. Apresentam a metodologia de estágio utilizada pela instituição. As autoras concluem que qualquer processo de estágio curricular independe das concepções ideológicas e políticas de classes, devendo sempre ser pensada, planejada e avaliada constantemente, independente da modalidade, seja ela presencial ou a distância.

Bittencourt (2011), em seu trabalho, faz uma reflexão sobre a importância do estágio na educação a distância, apresentando uma abordagem geral sobre os métodos utilizados atualmente através do ambiente virtual de aprendizagem.

Por fim, o trabalho de Grilo e Tucunduva (2011) apresenta um relato de experiência sobre as atividades de estágio curricular de um curso de pedagogia. As autoras destacam que a validade do estágio depende do rigor com que forem realizadas as atividades previstas e da ação do (a) orientador (a) de estágio, com base numa proposta de investigação. O preparo para o estágio envolve o planejamento das teleaulas via satélite pelo professor, o acompanhamento dos estagiários na escola por meio do contato com os tutores presenciais, o acompanhamento pelo professor-tutor a distância, através do ambiente virtual de aprendizagem do curso e pelo diálogo do coordenador do curso com o coordenador que fica no polo presencial para verificação sobre o trabalho realizado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após as reflexões realizadas ao longo deste texto, é possível afirmar que o estágio curricular deve ser compreendido como um processo pedagógico contínuo, dependendo da relação teoria e prática e da proposta que o fundamenta, seja em cursos presenciais, seja em

cursos a distância.

Entende-se, ainda, que nas sociedades contemporâneas, novos modelos de estágios devem ser pensados e construídos, a fim de que as instituições de ensino superior acompanhem e saibam lidar com os avanços tecnológicos e as transformações sociais, culturais e econômicas. E a educação a distância, de acordo com suas especificidades, enfrenta sérios problemas, como as limitações e a falta de políticas pedagógicas impostas por modelos ultrapassados e desgastados, os quais impedem que o docente desenvolva suas atividades com autonomia, cooperação e investigação.

Os dados demonstraram que existe uma avanço na quantidade de pesquisas na área da EaD, mas pouco se tem produzido e pesquisado sobre o estágio na EaD, com a maioria das pesquisas e publicações datadas privilegiadamente entre 2009 e 2011.

A pesquisa foi realizada em *sites* que pudessem trazer dados significativos na área da EaD. Os trabalhos descritos do *site* da Anped trouxeram elementos de reflexão sobre o estágio na EaD: este estágio, assim como no ensino presencial, precisa superar modelos ultrapassados, baseados na racionalidade técnica, considerando peculiaridades da EaD.

A tese e as quatro (4) dissertações de mestrado presentes no *site* da Capes apresentaram ponderações em comum entre algumas delas: a dificuldade na superação da visão tecnicista para uma visão mediadora de estágio por parte dos docentes e instituições; alunos reconhecem a importância do estágio curricular para a sua formação e profissionalização docente. Destacamos, também, outros aspectos apresentados: precariedade dos aparatos tecnológicos e o fato de que alunos de graduação a distância ainda não possuem a mesma possibilidade dos alunos de cursos presenciais de inserção em vagas de estágio.

Os trabalhos sobre a temática apresentados nos Congressos da Abed possuem como foco relatos de experiências de estágios em cursos a distancia e demonstram, assim como nos outros *sites*, a importância da proposta conceitual e pedagógica do estágio, do seu planejamento e acompanhamento.

Alguns resultados e apontamentos descritos trouxeram preocupações a se considerar:

- a responsabilidade de tutores e coordenadores de polo no acompanhamento dos alunos de estágio nas licenciaturas, sem a devida formação para a atividade;
- a parcelarização (através da divisão) do trabalho docente no estágio curricular (entre coordenador de curso, coordenador de polo, tutor de polo, tutor-professor no ambiente virtual, professor de estágio), em que cada docente é responsável por uma ação no estágio, pode comprometer o processo de

- investigação e reflexão-ação como um todo no estágio;
- a visão de racionalidade técnica do estágio, em detrimento da proposta pedagógica voltada para a reflexão, investigação e compreensão da realidade do campo de estágio;
- o modelo de estágio concebido pela Instituição de Ensino Superior (IES) e acompanhado pelo polo dificulta a construção de uma relação de cooperação entre a IES, o estagiário e o campo de estágio;
- o artigo 3º e 7º da nova Lei de Estágio 11.788/2008 coloca a responsabilidade da IES em acompanhar e avaliar as atividades do estagiário, através de um professor orientador da área e da IES a ser desenvolvida no estágio. Fato esse, em forma de Lei, e que precisa ser considerado no momento de organizar e planejar as atividades de estágio curricular a serem desenvolvidas pelo curso.

A partir disso, reconhecemos a importância do modelo defendido por Pimenta; Lima (2004) e Ghedin (2007) de que a abordagem teórico-metodológica de estágio deve superar o modelo da racionalidade técnica, em que o estagiário segue uma sequência de atividades pré-estabelecidas, para uma dinâmica que toma o lugar da pesquisa como uma prática profissional, constituindo-se em oportunidade coletiva e colaborativa para elaboração de conhecimento sobre a prática, envolvendo a IES, o estagiário e o campo de estágio (escola).

Para que esse modelo possa ser viabilizado na educação a distância, a nosso ver, é preciso ampliar as publicações sobre os relatos das experiências já vivenciadas pelas IES para compartilhamento e aprofundamento do tema, ampliar as pesquisas científicas com estudos de casos diversos e simultâneos para que possam contribuir para uma inovação teórico-metodológica na área e que abordem, principalmente, uma proposta emancipadora de estágio, que promovam situações de pesquisa e que contemplem o princípio da autonomia, cooperação e colaboração entre a relação triangular que defendemos: Instituição de Ensino Superior (associando ensino-pesquisa-extensão no estágio), estagiários e escola.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Kátia Morosov. Algumas considerações sobre a educação a distância, aprendizagens e a gestão de sistemas não-presenciais de ensino. In: PRETI, Oreste. Educação

a distância: ressignificando práticas. Brasília: Liber Livro, 2005.

ARAÚJO, Edleide Carvalho de. A construção da identidade docente e o estágio supervisionado: um estudo de caso no curso normal superior da instituição X a distância. Dissertação (mestrado). Mestrado profissionalizante em desenvolvimento humano e responsabilidade social. Fundação Visconde de Cairu, 2008. Disponível em: <<http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/resumo.html?idtese=20081128011015003P0>>. Acesso em: 12 mar. 2012.

BELLONI, Maria Luiza. Ensaio sobre a educação a distancia no Brasil. Educação e Sociedade. Ano XXIII, n. 78, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v23n78/a08v2378.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2012.

BITTENCOURT, Vivian. A relevância da prática de estágio na modalidade de educação a distância. In: CONGRESSO INTERNACIONAL ABED DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA, 17, 2011. Disponível em: <www.abed.org.br/congresso2011/cd/48.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2012.

BRASIL. LDB. Lei 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 18 abr. 2011.

_____. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111788.htm>. Acesso em 04 de abril de 2011.

_____. Decreto Lei n. 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei n. 9.394/96. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/decreto/D5622.htm>. Acesso em: 18 abr. 2011.

_____. Decreto n. 5.800, de 08 de junho de 2006. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB. Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5800.htm>. Acesso em: 07 fev. 2012.

BRASIL. MEC. Resolução CNE/CP nº 01, de 15 de maio de 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2011.

COPPETE, Maria Conceição; VIRGÍLIO, Marilene da Silva Pacheco; ZWIEREWICZ, Marlene; BECHE, Rosi Clér. Estágio Curricular Supervisionado: uma prática mediada em momentos presenciais e virtuais de aprendizagem. 12º Congresso Internacional ABED de Educação a Distância, 2005. Disponível em: <www.abed.org.br/congresso2005/por/pdf/124tcc3.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2012.

FELDKERCHER, Nadiane; PINTO, Maria das Graças C. da S. Medeiros Gonçalves. Estágio na formação de professores presencial e a distância: a experiência do curso de matemática de uma IES pública. In: Anais. 34ª Reunião Anual da Anped – Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação. Natal/RN: Anped, 2011. Disponível em <<http://34reuniao.anped.org.br/images/trabalhos/GT04/GT04-334%20int.pdf>> Acesso em: 15 maio 2012.

- GHEDIN, Evandro. Estágio, Pesquisa e a Produção do Conhecimento na Formação de Professores(as). In: II Encontro Estadual de Didática e Prática de Ensino – EDIPE. Anápolis, Goiás, 2007.
- GOMES, Marineide de Oliveira. Formação de professores na educação infantil. São Paulo: Cortez, 2009.
- GUIMARÃES, Leda Maria de Barros; OLIVEIRA, Ronaldo Alexandre de. Formação docente e estágio curricular em artes visuais na modalidade de ensino a distância: entre a realidade e a possibilidade de se criar uma escola em expansão. In: Anais. 33ª Reunião Anual da Anped – Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação. Caxambu/MG: Anped, 2010. Disponível em <<http://www.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/Trabalhos%20em%20PDF/GT24-6901--Int.pdf>> Acesso em: 15 maio 2012.
- GRILO, Geise Cristina Lubas; TUCUNDUVA, Mirella Villa. O processo de formação do pedagogo na educação a distância: uma análise sobre o estágio supervisionado. 17º Congresso Internacional ABED de Educação a Distância, 2011. Disponível em: <www.abed.org.br/congresso2011/cd/74.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2012.
- GOBBO, Marcília Fátima. O estágio curricular no curso de pedagogia educação a distância. Dissertação (mestrado) – Universidade Nove de Julho – UNINOVE. Mestrado em educação, 2009, São Paulo, SP.
- LIMA, Daniela da C. B. P. Documento técnico contendo estudo analítico do processo de expansão de EaD ocorrido no período 2002-2012, particularmente no que se refere aos cursos de formação de professores nas IES públicas e privadas. Produto 02 - Projeto Conselho Nacional de Educação/UNESCO de Desenvolvimento, aprimoramento e consolidação de uma educação nacional de qualidade – Educação a distância na educação superior, 2014.
- PIERITZ, Vera Lúcia Hoffmann; MONTIBELLER, Cristina. Reflexões sobre a importância e a necessidade do estágio supervisionado em serviço social na educação superior a distância no Brasil. 17º Congresso Internacional ABED de Educação a Distância, 2011. Disponível em: <www.abed.org.br/congresso2011/cd/56.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2012.
- PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e Docência. Coleção docência em formação. Série saberes pedagógicos. São Paulo: Cortez, 2004.
- RELA, Eliana. Avaliação no estágio supervisionado: intersubjetividades na formação de professores em cursos na modalidade EAD. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Centro Interdisciplinar de Novas Tecnologias na Educação. Programa de Pós-Graduação em Informática na Educação, 2010, Porto Alegre, RS.
- ROCHA, Sylvana dos Santos. A percepção de gestores educacionais e empresariais sobre o ingresso de estudantes de graduação em programas de estágios: um estudo exploratório a partir do CIEE. Dissertação (Mestrado) – Universidade Mackenzie. Mestrado em educação, arte e cultura, 2007, São Paulo, SP.
- TOLEDO, Elizabeth Maria Lopes. O curso de pedagogia na modalidade a distância: o pensado, o dito e o feito no estágio curricular. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília. Mestrado em Educação, 2009, Brasília, DF.